

HABEAS CORPUS Nº 559.305 - MG (2020/0021418-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HUDSON VERNECK DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar impetrado em favor de HUDSON VERNECK DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no Agravo em Execução n. 1.0301.16.003453-6/001.

Consta dos autos que Juízo da execução homologou procedimento administrativo disciplinar que reconheceu a prática de falta grave prevista no art. 50, inciso VII, da Lei de Execuções Penais em desfavor do paciente e determinou a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos ou a remir até a data da falta (e-STJ fl. 138).

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução que foi desprovido (e-STJ fls. 103-114).

No presente *writ*, a parte impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, em virtude do reconhecimento da falta grave em desfavor do paciente, consistente em posse de aparelho celular, por insuficiência probatória quanto à autoria e à materialidade, bem como em razão da alegada parcialidade dos funcionários da unidade prisional.

Argumenta ser imprescindível a realização de perícia no aparelho celular nos termos previstos no art. 158 do Código de Processo Penal, para aferição de que o objeto permite a comunicação, sob pena de reconhecimento da atipicidade da conduta.

Sustenta, ainda, não haver justa causa para a homologação da sanção disciplinar, motivo pelo qual pede que sejam afastados os seus consectários legais, consistentes na alteração da data-base para concessão de futuros benefícios e na perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos.

Requer, ao final, a concessão da ordem de *habeas corpus* para anular a decisão que reconheceu a prática da falta disciplinar grave, afastando os seus consectários legais.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 123-124).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 130-178 e 203-214).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* e pela concessão da ordem de *habeas corpus* de ofício para afastar a interrupção do lapso temporal, em razão do cometimento da falta grave, para fins de livramento condicional, comutação de penas e indulto (e-STJ fls. 216-222).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

O Tribunal de origem, ao analisar o recurso de agravo em execução, manteve a decisão do Juízo da execução que reconheceu a falta disciplinar grave e suas consequências legais, com a seguinte fundamentação (e-STJ fls. 108-113):

Da análise dos autos, verifica-se que o d. magistrado reconheceu como falta grave a conduta do reeducando consistente em ter em sua posse aparelho telefônico, praticada no dia 24 de setembro de 2018.

Em que pesem os argumentos da defesa, entende-se que a referida falta grave restou devidamente comprovada.

Da leitura do Comunicado Interno (fl. 63v) e do Boletim de Ocorrência Interno (fl. 65/67), infere-se que, no dia 24 de setembro de 2018, após o agente penitenciário Dario receber uma denúncia anônima de que haveria um aparelho celular na cela 280, foi até o pavilhão indicado.

Chegando no local, o agente penitenciário viu o agravante com uma bolsa vermelha artesanal em sua mão e deu ordem para que este permanecesse agachado e parado. Todavia, ao abrir a cela, o reeducando correu e tentou arremessar a bolsa pela janela, mas foi impedido pelo agente penitenciário.

No interior da referida bolsa localizou-se um aparelho telefônico celular, uma bateria, um carregador e dois microchips. Nesse sentido é o relato contido na Comunicação Interna, veja-se:

"Após denúncia anônima de um bilhete recebido pelo coordenador Dario, que neste estava escrito:

"Senhor Agente tem um celular no barraco 280 agora entendeu". Tendo em vista o recebimento deste bilhete prontamente, os Asps supracitados se dirigiram até a cela indicada que se encontrava no pavilhão cinema. Ao chegar na portinhola foi visto uma bolsa artesanal de cor vermelha na mão do IPL citado. Foi dada a ordem manifestamente legal para o preso permanecer agachado e parado. Ao abrir a cela o preso correu para o fundo em direção a janela tentando arremessar a bolsa vermelha que estava em sua mão sendo impedido neste momento de prosseguir na tentativa de arremessar a bolsa pelo Asp Dario. Ao verificar o conteúdo dentro da referida bolsa vermelha foi encontrado os materiais descritos no campo próprio do Reds 2018- 042781039-001" (fl. 63v).

Perante o Conselho Disciplinar, o agravante negou ter praticado a falta (fl. 61).

O Conselho Disciplinar, por unanimidade de votos,

reconheceu a prática de falta grave, sendo aplicada a penalidade de 25 (vinte e cinco) dias de isolamento em cela própria (fl. 58v/59).

Em audiência de justificação, o agravante também negou os fatos, afirmando que os materiais apreendidos não eram de sua propriedade (mídia audiovisual - fl. 106).

Em que pese o agravante ter negado os fatos, verifica-se que o Comunicado Interno e o Boletim de Ocorrência são provas contundentes da prática da falta grave, uma vez que lavrados por funcionários públicos no exercício de suas funções, cuja veracidade dos relatos é presumida.

Ora, é certo que os relatos dos agentes penitenciários possuem fé pública e, desde que não haja qualquer evidência de que tenham inventado os fatos com a mera intenção de prejudicar o recuperando, devem ser considerados pelo Juiz da Execução.

Dessa forma, se não há dúvida razoável de que os agentes responsáveis pela condução dos trabalhos de inspeção nas celas tinham o propósito de injustamente acusar o agravante, seus relatos devem ser devidamente considerados na formação do juízo de convicção.

[...]

Acrescenta-se que os depoimentos prestados pelos agentes penitenciários são de extrema importância, pois, além da fé pública a eles atribuída, são as únicas testemunhas reais das atividades internas dos presídios.

Dessa forma, vê-se que a defesa não trouxe qualquer elemento ou circunstância que pudesse desconstituir o procedimento administrativo realizado, existindo provas idôneas de que o agravante possuía aparelho celular dentro de sua cela.

Nesta ótica, tendo-se em consideração que a ordem interna do estabelecimento prisional depende consideravelmente do senso de responsabilidade e disciplina dos reclusos, a posse irregular de aparelho telefônico configura conduta grave, a demonstrar falta de empenho e colaboração do condenado no cumprimento da pena aplicada.

Sobre o assunto, dispõe a Lei de Execução Penal, nos seguintes termos:

[...]

Portanto, conclui-se que agiu acertadamente o d. magistrado de primeiro grau ao reconhecer a falta grave em desfavor do apenado, não merecendo qualquer reparo o r. decisum hostilizado, inclusive no que concerne à aplicação dos consectários legais decorrentes da configuração da infração disciplinar.

Por fim, ausente previsão legal, não há cobrança de custas

pela interposição do recurso de agravo em execução, razão pela qual se afasta o pleito que requer a isenção do seu pagamento.

Em cotejo à fundamentação apresentada, infere-se que durante a execução da pena, ficou constatada a prática de falta grave pelo paciente consistente em posse de aparelho celular (art. 50, inciso VII, da LEP).

A Corte de origem ressaltou que a falta disciplinar ficou devidamente configurada porque, após um agente penitenciário ter recebido uma denúncia anônima de que haveria um aparelho celular na “cela 280”, foi até o pavilhão indicado e observou que o paciente portava “uma bolsa vermelha artesanal” e, ao abrir a cela, o reeducando correu e tentou arremessar a bolsa pela janela, mas foi impedido pelo agente que apreendeu a bolsa e em seu interior localizou “um aparelho telefônico celular, uma bateria, um carregador e dois microchips.”

Como se observa, as instâncias ordinárias adotaram fundamentação idônea e suficiente para justificar a caracterização da sanção disciplinar, pois, ao analisar as provas produzidas nos autos, entenderam que o sentenciado praticou comportamento que configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 50, inciso VII, da Lei de Execução Penal.

O colegiado ressaltou que o Comunicado Interno, o Boletim de Ocorrência, bem como o relato dos agentes penitenciários convergem no sentido de que o paciente praticou a conduta que lhe foi atribuída, pois foi flagrado na posse de aparelho celular e seus componentes.

Dessa forma, constata-se que a conduta perpetrada, no presente caso, caracteriza a falta grave, apta a autorizar a aplicação de sanção disciplinar, nos termos em que procedidos.

Ademais, no que diz respeito à alegada insuficiência de provas acerca da falta disciplinar, o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de que, para entender de modo diverso e desconstituir o entendimento da Corte estadual acerca de sua caracterização, seria necessário o exame aprofundado de provas, providência que é inadmissível na via eleita do *habeas corpus*, mormente pelo fato de que vigora no processo penal brasileiro o princípio do livre convencimento motivado.

Cabe asseverar, que a estreita via do *habeas corpus* não permite análise dilatada de prova no intuito de reanalisar as razões e os motivos pelos quais o Tribunal *a quo* formou o seu convencimento acerca da prática de falta disciplinar pelo paciente.

Confirmam-se:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE DA IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA. INOCORRÊNCIA. CONFIGURADA A INFRAÇÃO DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE DOS ARTS. 49, PARÁGRAFO ÚNICO, E 50, INCISO VII, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. TENTATIVA DE INGRESSO EM ESTABELECIMENTO PENAL COM APARELHO CELULAR E COMPONENTES. INVIÁVEL O REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.
I - Não mais se admite, perfilhando o entendimento do col. Pretório

Excelso e da eg. Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração.

Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

II - O paciente teve contra si reconhecida a prática de falta disciplinar grave por estar envolvido em tentativa de ingressar em estabelecimento penal com aparelhos celulares, chips e outros componentes de telefonia móvel, o que se enquadra nos termos dos arts. 49, Parágrafo Único, e 50, inciso VII, da Lei de Execução Penal.

III - Havendo as instâncias ordinárias, de modo fundamentado, e com remissão a elementos concretos presentes nos autos, notadamente, à prova testemunhal, concluído que estaria configurada a referida falta disciplinar grave e que estaria provado o envolvimento do paciente com os fatos apurados, entender de modo contrário implicaria necessário revolvimento do acervo fático-probatório, impossível na via estreita, de cognição sumária, do writ.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 391.487/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 30/06/2017; sem grifos no original.)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DESOBEDIÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS. SUBVERSÃO DA ORDEM E DISCIPLINA CARCERÁRIAS. ART. 50, I e VI, C/C O ART. 39, II e V, AMBOS DA LEP. FALTA GRAVE. CARACTERIZAÇÃO. SANÇÃO COLETIVA. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

[...]

2. Consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários, com subversão da ordem e disciplina carcerárias, constitui-se em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais.

3. Registre-se que já decidiu este Tribunal que 'A prova oral produzida, consistente em declarações coesas dos agentes de segurança penitenciária se mostraram suficientes para a caracterização da falta como grave [...]. A Jurisprudência é pacífica no sentido de inexistir fundamento o questionamento, a priori, das declarações de servidores públicos, uma vez que suas palavras se revestem, até prova em contrário, de presunção de veracidade e de legitimidade, que é inerente aos atos administrativos em geral' (HC 391170, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, julgado em 1º/8/2017, publicado em 7/8/2017). Na mesma linha de entendimento: HC 334732, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 17/12/2015, publicado em 1º/2/2016.

4. Na espécie, não ficou configurada a suposta sanção coletiva, alegada pela defesa, haja vista que, conforme depoimento do agentes penitenciários, houve subversão da ordem ou da disciplina pelo sentenciado, juntamente com outros encarcerados, conduta relatada

no voto condutor do acórdão impugnado.

5. Por fim, impende ressaltar que o habeas corpus não é a via adequada para apreciar o pedido de absolvição da falta grave, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas constantes dos autos da execução, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heróico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

6. Inexistência, portanto, no caso concreto, de constrangimento ilegal, a justificar a concessão da ordem de ofício.

7. Habeas corpus não conhecido.

(HC 470.531/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 29/10/2018; sem grifos no original.)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. DESCARACTERIZAÇÃO. REEXAME DE FATOS. INADMISSIBILIDADE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA PROGRESSÃO DE REGIME E PARA O LIVRAMENTO CONDICIONAL. SÚMULA/STJ 441. ILEGALIDADE VERIFICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Não cabe, na via estreita do habeas corpus, verificar se o fato cometido pelo paciente configura infração disciplinar de natureza grave, uma vez que, no caso, tal análise demandaria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que a prática de falta disciplinar de natureza grave implica a regressão de regime, conforme estabelecido pelo art. 118, I, da Lei de Execução Penal.

4. A prática de falta grave pelo sentenciado, no curso da execução da pena, altera a data-base para a concessão de novos benefícios, exceto para fins de livramento condicional, indulto e comutação da pena. Entendimento consolidado nas Súmulas 441, 535 e 534 desta Corte e no REsp repetitivo n. 1.364.192/RS. Na espécie, o Tribunal de origem considerou que a falta disciplinar de natureza grave redundava em interrupção do prazo necessário para o livramento condicional, o que contraria a Súmula n. 441/STJ. Precedentes.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a interrupção da contagem do lapso temporal em relação ao livramento condicional.

(HC 434.922/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 20/03/2018; sem grifos no original.)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. DESPROPORCIONALIDADE DA REGRESSÃO DE REGIME. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA

FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Não é cabível a desconstituição de falta grave na via estreita do habeas corpus, dada a necessidade de revisão fático-probatória.

2. A via do habeas corpus não é adequada para análise de questões que demandem dilação probatória (precedentes). Na hipótese, portanto, mostra-se inviável o reconhecimento de desproporcionalidade da regressão de regime do paciente pelo cometimento de falta grave, ante a justificativa para a não apresentação perante o Juízo no curso de execução de pena em regime mais brando (AgRg no HC n. 303.477/SC, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 1º/10/2015) 3. Agravo regimental improvido.

(AgInt no HC 399.635/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 16/08/2017; sem grifos no original.)

Em outro ponto, quanto à alegada necessidade de perícia no objeto para a configuração da infração disciplinar, "[...] a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que é prescindível a perícia do aparelho celular apreendido para a configuração da falta disciplinar de natureza grave" (HC 466.108/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 03/12/2018).

Na mesma direção:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. TENTATIVA DE POSSE DE CELULAR NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. COMPANHEIRA DO PRESO SURPREENDIDA NA POSSE DE APARELHO CELULAR ESCONDIDO NAS CAVIDADES CORPORAIS DURANTE A REVISTA. PARTICIPAÇÃO DO PACIENTE DEMONSTRADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVISÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. TENTATIVA PUNÍVEL. PERÍCIA NO APARELHO CELULAR. DESNECESSIDADE. PERDA DOS DIAS REMIDOS NA FRAÇÃO MÁXIMA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não se desconhece a existência de julgados desta Corte Superior que reconheceram a atipicidade da falta grave imputada ao interno a quem é remetido, de fora do presídio, aparelho celular em que não se identifica a origem dos objetos. Contudo, o caso em análise diverge de tais precedentes. Foi a própria companheira do preso que foi surpreendida quando tentava ingressar na unidade prisional exclusivamente para visitá-lo com o aparelho celular escondidos em sua genitália.

2. Afastar as conclusões das instâncias ordinárias sobre o conluio entre o paciente e sua companheira na inserção do aparelho celular no presídio demanda o aprofundado revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do habeas corpus.

3. Nos termos do art. 49, parágrafo único da Lei de execução Penal, em relação às faltas graves 'pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada'.

4. 'É prescindível a perícia do aparelho celular apreendido para a configuração da falta disciplinar de natureza grave do art. 50, inciso VII, da Lei de Execução Penal' (AgRg no HC 391.209/SP,

Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 18/9/2017).

5. A perda dos dias remidos na fração máxima foi devidamente fundamentada pelo Juízo das execuções e pelo Tribunal de origem que destacaram a utilização de interposta pessoa para a prática do ato, o conturbado histórico prisional do paciente e a gravidade concreta da conduta que causa instabilidade no ambiente carcerário.

6. Agravo Regimental em Habeas Corpus desprovido.

(AgRg no HC 447.961/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 23/05/2019, sem grifos no original.)

No tocante às penalidades aplicadas pelas instâncias de origem, constata-se que, segundo o posicionamento da Corte estadual, caracterizada a falta grave, de rigor a imposição das suas consequências jurídicas. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. NÃO COMPARECIMENTO NO HORÁRIO DE ALMOÇO E FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTAS DISCIPLINARES GRAVES. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS, EXCETO INDULTO, COMUTAÇÃO E LIVRAMENTO CONDICIONAL. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PATAMAR MÁXIMO (1/3). CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente. 2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento das faltas graves praticadas pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus. 3. A falta disciplinar de natureza grave resulta na regressão de regime prisional e na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena, conforme entendimento firmado pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 1.176.486/SP. 4. A perda do tempo remido na fração de 1/3 encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP. 5. Habeas corpus não conhecido. (HC 466.206/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 02/04/2019.)

Por fim, quanto à manifestação do Ministério Público Federal pela concessão da ordem de *habeas corpus* de ofício para afastar a interrupção do lapso temporal, em razão do cometimento da falta grave, para fins de livramento condicional, comutação de penas e indulto, consta da decisão de primeiro grau que o Magistrado

consignou que “a data da falta (24.09.2018) ser considerada como novo marco para obtenção de futuros benefícios” (e-STJ fl. 138).

Quanto à alegação de que seria ilegal a alteração da data-base para fins de benefícios em razão de cometimento de infração disciplinar, nos termos do art. 118, inciso I, da Lei n. 7.210/1984, uma vez reconhecida a prática de falta grave, fica autorizada a regressão de regime de cumprimento da pena, *in verbis*:

Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;
[...]

A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o reconhecimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a regressão de regime prisional. De igual modo, impõe a alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ) comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ).

Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

3. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

4. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

Habeas corpus não conhecido. (HC n. 410.801/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, de DJe 16/10/2017.)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. HOMOLOGAÇÃO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA OBTENÇÃO DE NOVA

PROGRESSÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. *Hipótese em que o apenado empreendeu fuga do estabelecimento prisional em 15/6/2014, tendo sido recapturado em 15/7/2014, fato que foi considerado falta disciplinar de natureza grave pela instância ordinária, com aplicação dos consectários legais.*

3. *"A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo" (REsp 1.364.192/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, Terceira Seção, DJe 17/9/2014).*

4. *O cometimento de falta disciplinar de natureza grave implica, ainda, a regressão de regime, bem como a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal.*

5. *No caso em exame, o Tribunal de origem, de forma fundamentada, reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, consubstanciada em fuga do estabelecimento prisional, determinando a regressão de regime e a alteração da data-base para benefício para o dia da recaptura, o que não configura ser desproporcional ou desarrazoado.*

6. *Habeas corpus não conhecido (HC n. 330.611/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 03/05/2016.)*

Logo, impõe-se que a determinação de que o reconhecimento de falta grave implique alteração da data-base para a concessão de benefícios executórios, expressamente excetue o livramento condicional (Súmula 441/STJ), a comutação de pena e o indulto (Súmula 535/STJ).

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece do writ, concedendo-se**, contudo, *habeas corpus* de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, para afastar a interrupção do lapso temporal em razão do cometimento da falta grave, para fins de livramento condicional, comutação de pena e indulto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

Ministro Jorge Mussi
Relator